

A ECONOMIA SOCIAL COMO ALAVANCA PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL: REFLEXÕES DE UMA AUTARCA

ANA UMBELINO

Vice-Presidente da Câmara Municipal de Torres Vedras



CONTEXTO

“A UE compromete-se a alcançar a neutralidade climática até 2050. A concretização deste objectivo exigirá uma transformação da sociedade e da economia europeia que terá de ser justa, eficaz em termos de custos e socialmente equilibrada.”(1)

A actual crise ecológica que vivenciamos precipitou uma reflexão sobre a forma de habitar o mundo, impulsionando a revisão dos modelos de desenvolvimento socioeconómico dominantes.

O Pacto Ecológico Europeu, quadro estratégico norteador das políticas públicas, com reverberação nos diversos níveis de governação, surge sob um fundo histórico de sobressalto e de gritante e contundente emergência. É neste enquadramento que se questiona qual o papel dos municípios, nível de governação mais próximo dos cidadãos, e o lugar que a economia social ocupa no seio de um projecto de desenvolvimento territorial de base local que concorra para as transformações e mudanças regenerativas desejadas, proporcionando e distribuindo equitativamente um maior bem-estar a todos e a todas, dirimindo assimetrias e desigualdades.

O PRIMADO DA PESSOA

“As cidades não se compreendem sem a pessoa humana que é o seu centro e a sua razão de ser”(2)

José Tolentino Mendonça

Enlevando-se num exercício de arqueologia semântica, José Tolentino Mendonça (2020) recorda-nos que a etimologia latina da palavra cidade tanto pode derivar de *cives*, descrevendo um aglomerado de habitações humanas, como pode resultar da evolução do termo *civis*, aludindo à condição de cidadão. Advoga que, em ambos os casos, isto é, quer estejamos perante uma descrição da cidade como espaço físico quer consideremos a sua definição social e política, a pessoa humana representa, inescapavelmente, e, passo a citar: a sua “chave”. Reforça que não se compreende a cidade sem atentar nas concepções de vida e de mundo que esta plasma e projecta. A reflexão sobre a polis convoca-nos, apelando a uma nova cidadania, pois não se pode pensar o futuro das sociedades humanas, nem tão pouco a qualidade do viver humano, afirma, sem discutir as cidades e o seu provir.

“Se não há amor, não só a vida das pessoas se torna árida, mas também a das cidades”(3)

Elena Ferrante

As cidades são lugares de troca, de intercâmbio não apenas de bens e de mercadorias, mas também de experiências, afectos, memórias, conhecimento, solidariedades, desejos, aspirações e sonhos. Não basta acomodarem a diversidade, terem uma matriz cosmopolita, se forem incapazes de criar encontros.

O encontro é, verdadeiramente, o chão para um entendimento relacional que prepara cidadãos e cidadãs para lidar com a diferença e com a alteridade no acto de cuidar do que é comum.

“A redescoberta do bem-comum: o bem social que a sociedade distribui pelos seus membros para favorecer o seu desenvolvimento integral”(4)

José Tolentino Mendonça

O bem comum é o abstracto que transforma as cidades num projecto colectivo assente na cooperação. Não é redutível à soma do que cada indivíduo percepção como um bem, nem tão pouco ao que os interesses corporativos prescrevem, mas sim o que a sociedade distribui pelos seus membros para favorecer o seu desenvolvimento pleno, salvaguardando condições imprescindíveis à sua dignidade, como sejam o direito à habitação, ao trabalho, à educação, à cultura, à saúde, à livre circulação de informação, à liberdade religiosa, à auto-determinação das identidades e expressões de género...garantindo, em suma, o direito à cidade.

João Bonifácio Serra (2021)(5) lembra que o “comum” decorre de uma exigência de acesso de todos aos recursos colectivos, à partilha de conhecimentos sem os quais o funcionamento e a governança das comunidades não podem ser exercidos com rigor, e o compromisso com o longo prazo periga.

“É na comunidade que a história começa e se relança”(6)

José Tolentino Mendonça

As cidades contemporâneas são marcadas pela crescente e insidiosa fragmentação, desagregação, insularização e solidão. Urge transformá-las em espaços dialógicos, suplantando a incomunicabilidade, o acantonamento das identidades, afirmando-as como projectos comunitários polifónicos que são protagonizados e concitam a responsabilidade de todos e todas.

UMA NOVA HERMENÊUTICA DAS CIDADES

Zygmunt Baumann (2006)(7) descreveu a cidade contemporânea como observatório e palco. Tomando como referência essa imagem, (ou, se preferirmos, metáfora), acrescentaríamos o vocábulo laboratório para captar o pulsar e as dinâmicas que a cidade

do presente expressa e elicit. Não raras vezes o local, é sobrelevado de forma redutora, descrito apenas como palco, ambiente ou cenário onde determinados acontecimentos têm lugar e a proximidade que a pequena escala proporciona e cultiva entendida como meio para garantir a “aplicação” de medidas pretensamente desenhadas a outros níveis, mas estranhas aos seus “habitantes”, às suas necessidades, aspirações e sonhos. Essa traduz uma visão unívoca, instrumental, paternalista e empobrecedora do potencial que as cidades encerram, julgamos. Na sua pluralidade de perfis e de trajetórias, na diversidade dos seus mosaicos socioculturais, as cidades são laboratórios: pontos de cruzamento e de encontro, espaços de co-criação, de criatividade, geradores de inovação, de novas utopias que fixam renovados horizontes de exigência colectivos.

A CIDADE ENQUANTO META-SISTEMA DE RELAÇÕES

Não podemos isolar o que está interligado, maquilhar ou esconder os problemas das cidades, persistir em leituras atomizadas, recorrer a vulgatas e improvisar interpretações simplificadoras, incapazes de captar a complexidade e, simultaneamente, a riqueza dos sistemas humanos. As cidades são observatórios. Importa, por isso, escutá-las, perscrutá-las criando canais que garantam a escuta sistemática e o florescimento de práticas de diálogo estruturado, capazes de suplantar a mera consulta episódica. É necessário garantir que ninguém fica excluído dos processos de participação e, por conseguinte, da construção da cidade.

Só uma cartografia dos problemas ou eufemisticamente desafios e a iluminação das forças ou activos de cada território, suportadas em processos amplamente participados, poderão cerzir uma agenda comum, capaz de fazer emergir a ética da responsabilidade e do cuidado.

É necessário, reforçamos, transformar as cidades em espaços de encontro, de confronto criativo e, concomitantemente, de diálogo. Garantir a leitura e interpretação dos quadros de referência adoptados ao nível europeu, procurando relacionar e interceptar, de forma dinâmica, os caminhos que apontam, as oportunidades que transportam com as necessidades, as ambições e as aspirações das pessoas comuns e das comunidades em que estão fundeadas. Só uma cultura de participação, reiteramos, que promova a

descodificação das dinâmicas de cada território e dos instrumentos de planeamento estratégico elaborados a diversos níveis, poderá inscrever a mudança.

ILUMINAR E VALORIZAR AS PRÉ-EXISTÊNCIAS

O aumento da literacia dos cidadãos relativamente aos quadros de referência adoptados no plano europeu e aos princípios e valores em que se encontram ancorados e a participação nos processos de consulta inerentes à sua respectiva elaboração podem ser potenciado através da activação das estruturas formais de governança pré-existentes, nos diferentes territórios, de que é exemplo a “Rede Social”, aproveitando o seu efeito irradiador e simultaneamente instigando à sua reinvenção e reconceptualização. Avulta como imperativo, neste particular, a salvaguarda do envolvimento e da participação de grupos sub-representados não raras vezes à margem destes processos. Tal reclama a construção de metodologias diferenciadas que apelem à criatividade e inovação, garantam um diálogo múltiplo, cruzado, evitando a fragmentação, a homogeneização.

Tornar os activos de cada micro-território visíveis pressupõe edificar uma cultura de participação, de partilha aberta de conhecimento, intuído ele próprio como um recurso da comunidade, e, acrescentamos, de valorização da história e da memória, considerando o tempo longo e não somente o imediatismo do presente. Nesse sentido, reconhecemos a importância de constituir arquivos, inventários, de estudar as genealogias, as trajectórias e as expressões que determinados fenómenos conheceram ao longo do tempo, captando a sua historicidade. Como é que as comunidades se foram organizando para responder aos problemas do quotidiano? Que estratégias, métodos e técnicas co-construíram para gerir recursos comuns (commons)? Que cúmulo de competências foram sedimentando? Que instâncias de mediação e práticas de transmissão de conhecimentos e competências foram edificando? Que tipo de operações montaram para a resolução de problemas concretos do quotidiano? Que “tecnologias” de colaboração ensaiaram em momentos de crise?

Iluminar os acervos das práticas de partilha, reciprocidade e co-responsabilidade na gestão do bem comum exercitadas no seio das comunidades constitui um magma fundamental, julgamos, para torná-las futuríveis. Consideramos, em suma, que uma compreensão mais

profunda e densa do valor construído pelas comunidades impõe um olhar longo, que respeite e capte a historicidade destes fenómenos e processos.

HORIZONTES COMUNS: A ECONOMIA SOCIAL COMO CHAVE NA CONSTRUÇÃO DO FUTURO DAS CIDADES

A economia social, ao colocar as pessoas no centro da sua acção, constitui um dispositivo imprescindível na resposta aos desafios que as transições ecológica e digital transportam, concorrendo para a concretização das metas traçadas no seio de referenciais estruturantes, como o Pacto Ecológico e, complementarmente, o Pilar dos Direitos Sociais e a Nova Agenda de Competências para a Europa. Num contexto pleno de riscos (mas também de oportunidades), revela-se preponderante criar condições favoráveis ao robustecimento da economia social à escala local, nas cidades, nas vilas e aldeias no seio de uma estratégia integrada de desenvolvimento territorial.

COOPERAÇÃO, RECIPROCIDADE, SOLIDARIEDADE E RESPONSABILIDADE COLECTIVA

No seu polimorfismo, a economia social encontra-se vinculada ao território: constitui uma emanção da comunidade e uma tentativa de resposta aos seus problemas e aspirações. Por isso, inescapavelmente, transporta um lastro de utopia. O quadro de princípios e valores que lhe confere identidade e distintividade reflecte um programa filiado num projecto de desenvolvimento colectivo ancorado num contexto específico.

As organizações da economia social têm demonstrado a sua imprescindibilidade na edificação de comunidades mais resistentes, igualitárias, solidárias, fraternas, criativas, participativas e irreverentes. Este último qualificativo revela-se nos não despiciente, pois a reverência conduz ao unanimismo, ao sedentarismo intelectual, à anomia criativa, ao empobrecimento relacional.

As organizações da economia social são lugares de encontro.

A inscrição de práticas de cooperação e de governança participativa no seio das organizações da economia social favorece o enraizamento comunitário, um compromisso cívico com respaldo em múltiplas outras formas de intervenção pública.

A cooperação gera confiança, ergue horizontes comuns, promove a inteligência, a criatividade, a solidariedade e a resiliência colectivas.

As organizações da economia social afiguram-se fundamentais no processo de recuperação em curso, que não se cinge, nem tão pouco esgota, na dimensão económica. Porém, sem recuperarmos as pessoas não recuperaremos a economia.

A ECONOMIA SOCIAL EM TODAS AS POLÍTICAS: TRANSVERSALIDADE

É necessário conceber políticas e acções intersectoriais integradoras que reforcem a coordenação estratégica, alavanquem a actuação conjunta das organizações da economia social e as autoridades locais e melhorem o conhecimento e a capacitação da rede local em articulação com outros níveis de governação.

Recomenda-se a realização de uma meta-análise aos documentos de planeamento estratégico concebidos localmente, orientada por um conjunto de questões que permitam identificar que lugar relacional e papel ocupa a economia social no seu âmbito: Em que documentos surge? A que questões/problemas é convocada a responder? Em que áreas de resposta sectoriais e/ou multi ou intersectoriais? Como é medido/espelhado o valor que gera? Esse exercício analítico permitirá suportar um trabalho de curadoria que concorra para criar um roteiro de acção mais cristalino, substantivo e assertivo em cada território.

PLANO DE ACÇÃO PARA A ECONOMIA SOCIAL

A sua eficácia dependerá da definição de estratégias territorializadas que suportem a acção local. É necessário discuti-lo criticamente a partir de uma visão poliédrica, desconstruí-lo, criar dialéctica: perceber o alinhamento das iniciativas locais com o modelo conceptual,

eixos estratégicos e acções prioritárias que preconiza e como ensaiar novas respostas que o façam reverberar localmente.

Este constitui, julgamos, o *momentum* para impulsionar o desenho de estratégias locais de promoção da economia social, assentes numa abordagem multinível.

A ECONOMIA SOCIAL, AS AUTARQUIAS E A ESCOLA NA CONSTRUÇÃO DE UM ECOSISTEMA DE PROXIMIDADE

“(…) três é um número eminentemente dominante, no qual o eu unitário e o seu oposto dualista são superados, começando então o coletivo.”(8)
Oskar Schlemmer (1926)

Consideramos fundamental inscrever a economia social, enquanto expressão do empreendedorismo colectivo, nos processos e práticas educativas formais. Neste particular, ao abrigo da flexibilidade curricular, os municípios, em articulação com as organizações da economia social e as escolas, poderão co-construir conteúdos passíveis de oferecer oportunidades de aprendizagem com forte pendor experiencial. Encontra-se disponível um repertório de metodologias e ferramentas gamificadas que podem ser utilizadas como recurso. Esse processo de raiz *bottom up* conduzirá, desejavelmente, num futuro próximo, à inscrição de conteúdos a gravitar em torno da economia social no *curricula* formal de ensino.

A aproximação entre estudantes de diversos níveis de ensino e as organizações da economia social é uma prática de reciprocidade que se revela virtuosa e ganhará maior expressão e alcance, se suportada no quadro de uma relação regular e não episódica ou sujeita a discontinuidades. Poderá, no caso das escolas, reverter em ganhos não apenas para os estudantes mas repercutir-se em toda a organização criando oportunidades para a capacitação da comunidade escolar na sua globalidade nos domínios da liderança e governança democráticas; na resolução de problemas inerentes à escola como sistema no interface com outros sistemas, como sejam a família e a comunidade.

RAÍZES COMUNS:
A CONTRATAÇÃO PÚBLICA SOCIALMENTE RESPONSÁVEL
AO SERVIÇO DE UM PROJECTO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL
QUE PROMOVE OS VALORES DA ECONOMIA SOCIAL

A aplicação das cláusulas ambientais e sociais permite utilizar a contratação pública para criar oportunidades de emprego, trabalho digno, favorecer a inclusão social e laboral de pessoas com deficiência ou providas de grupos desfavorecidos. Adquirir bens e serviços com responsabilidade e ética pode, de facto, criar incentivos para que as entidades empregadoras se comprometam com uma gestão mais responsável e sustentável do processo produtivo e da contratação de trabalhadores. Tal transforma as compras públicas socialmente responsáveis numa ferramenta estratégica para impulsionar, mais eficazmente, as políticas sociais e laborais, em coerência com o que preconiza o Pilar dos Direitos Sociais.

Ao favorecer práticas ambientalmente responsáveis como o desenvolvimento de circuitos curtos de abastecimento de produtos locais, a contratação pública contribui para a descarbonização, em linha com o Pacto Ecológico Europeu.

Revela-se, por isso, um instrumento imprescindível para provocar mudanças estruturais em coerência com projectos de desenvolvimento local enraizados nos valores europeus e promove a aquisição de serviços e bens às organizações da economia que inscrevem no seu programa os mesmos princípios fundacionais, contribuindo para a sua sustentabilidade.

CLUSTERS PARA A INOVAÇÃO SOCIAL E ECOLÓGICA:
UMA TENDÊNCIA EMERGENTE

O município de Torres Vedras desenvolve, desde 2014, o Programa de Sustentabilidade na Alimentação Escolar (PSAE), que abrange todo o pré-escolar e 1º ciclo do Ensino Básico. Este programa assenta numa micro-rede colaborativa que congrega autarquias (Câmara Municipal de Torres Vedras, Juntas da Freguesia); produtores locais, organizações da economia social e agrupamentos de escolas.

A aquisição de produtos alimentares é feita exclusivamente a pequenos e médios produtores e a fornecedores locais, integrando, desde 2019, alimentos biológicos. Este consórcio concorre para o aumento do volume de negócios dos produtores e fornecedores locais, beneficiando a criação líquida de emprego (foram criados 60 novos postos de trabalho) e a redução da pegada carbónica associada ao transporte, através de cadeias agroalimentares curtas.

As refeições são confeccionadas e distribuídas, na sua maioria, por organizações da economia social ancoradas nas diversas comunidades com forte incidência em meio rural, contribuindo para o equilíbrio financeiro destas instituições e para o desenvolvimento integrado de zonas de baixa densidade.

Esta rede, fundeada na cooperação em benefício de um território de pertença multipolar e geradora de valor social, económico e de uma maior sustentabilidade ambiental, ergue-se como alternativa a um modelo anterior resultante de processos de contratação pública baseados no critério do mais baixo preço.

A NOVA AGENDA EUROPEIA PARA AS COMPETÊNCIAS APELA A UMA ACÇÃO INTEGRADA E CONJUNTA DE BASE LOCAL

As transições ecológica e digital estão a alterar a forma como trabalhamos, aprendemos e intervimos, quotidianamente, na sociedade.

A nova agenda europeia de competências reclama o ensaio de formas territorializadas de capacitação e reconversão da força de trabalho, promovendo a mobilidade sectorial impulsionada, conjuntamente, pelo impacto da pandemia que fez declinar determinados sectores da actividade económica importa, não desperdiçando os adquiridos experienciais dos cidadãos que perderam os seus empregos e, simultaneamente, garantir oportunidades de aquisição de novas competências em sectores de actividade alternativos.

A nova agenda europeia para as competências oferece o enquadramento e o contexto para se procurar (re)integrar segmentos inactivos da população através de programas

adequados e concebidos à medida das pessoas, das paisagens e realidades laborais e socio-económicas locais e regionais, isto é, considerando o contexto e a microescala. Aportar maior flexibilidade aos instrumentos disponíveis e favorecer uma maior desinstitucionalização na prestação de serviços sociais, evita o desperdício do talento destes cidadãos, não raras vezes invisível ou inaproveitado. Pontuam, entre aqueles que carecem de maior atenção e investimento, os denominados jovens Neet, os migrantes e refugiados, as pessoas com deficiência e outros cidadãos e comunidades em situação de exclusão social como os Roma. Acreditamos que, se formos capazes de criar as oportunidades certas, recusando a padronização, estes cidadãos poderão enriquecer significativamente as nossas sociedades e existem evidências de que a economia social cria diversas formas de emprego inclusivo de qualidade com impacto, justamente nos grupos menos representados ou em situação de maior vulnerabilidade.

As organizações da economia social são instâncias de mediação fundamentais e actores insubstituíveis nos processos de transformação *site specific* requeridos.

Este momento constitui, em acréscimo, uma oportunidade para que as organizações da economia social dirijam, elas próprias, um olhar ciclópico sobre as suas realidades e ecossistemas envolventes e desenhem cartografias de necessidades em matéria de competências a desenvolver.

A AVALIAÇÃO DE IMPACTO

Recomenda-se a realização de avaliações de impacto *ex ante* cientificamente fundamentadas.

A avaliação dos benefícios sociais, ambientais, bem como o valor económico acrescentado da economia social padece da falta de consenso nos métodos e na natureza dos dados recolhidos.

Um dos desafios remete para a necessidade de deter dados desagregados ao nível local que expressem o desenvolvimento e que, simultaneamente, tomem em consideração as



especificidades da economia social, como sejam: governança e uso do capital. Em acréscimo, medir o impacto social permanece um desafio, considerando a intenção de capturar o impacto alargado das organizações da economia social. A natureza deste impacto alargado (o facto de considerar efeitos tangíveis e intangíveis com dimensões sociais e societais relevantes) torna a avaliação complexa.

É necessário divulgar dados sobre avaliação de impacto e envolver criticamente os diversos actores na reflexão acerca do seu modelo conceptual e metodologias de suporte.

A iniciativa Territórios de Impacto, ancorada em diversos municípios do nosso país, constitui disso um bom exemplo.

A CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTO DE BASE LOCAL

A conta satélite da economia social oferece um manancial de dados fundamentais para informar e avaliar as políticas públicas. Fornece, em concomitância, um quadro de referência para a construção de conhecimento de base local sem o qual a leitura do ecossistema de proximidade e as direcções a tomar serão sempre mais frágeis e incipientes.

Ciente dessa necessidade, o município de Torres Vedras fundou o Centro de Estudos para a Economia Social, responsável pela elaboração do 1º Atlas da Economia Social.

A 1ª edição do Atlas da Economia Social procurou obter uma caracterização e um mapeamento geral das organizações de Economia Social presentes no concelho. A 2ª edição, em processo de finalização, ao ocorrer no contexto da pandemia pela Covid-19, pretende identificar e analisar os principais efeitos e transformações que a crise pandémica produziu no quotidiano e planos destas organizações.

A importância de comunicar estes dados e torná-los inteligíveis, através da mediação, conduziu o município de Torres Vedras a conceber um recurso denominado “maletas pedagógicas” que responde a um elenco de questões, nomeadamente: O que é a economia social? Qual a importância da economia social? O que pode ser feito pelas pessoas e

comunidades locais para apoiar a economia social? E no concelho de Torres Vedras? Que características possui este sector? Onde posso obter mais informação sobre Economia Social?

REDE DE CIDADES PORTUGUESAS: CAPITAL DA ECONOMIA SOCIAL

“[Princípio da simplicidade] O máximo de efeitos com o mínimo de recursos, o máximo de eficácia com o mínimo de esforço, e o máximo de presença com o mínimo de gritos.”(9)

Ângelo de Sousa

Uma constelação virtuosa que uniu uma plêiade de municípios à CASES, criando os alicerces para a estruturação de uma rede nacional de cidades comprometidas com os princípios e valores da economia social.

Maior visibilidade, reflexão e construção de pensamento, que concorram para inscrever a economia social nos projectos desenvolvimento territorial, a definição de uma estratégia local integrada de promoção da economia social, a edificação de um modelo de governança que crie mecanismos regulares de participação, acalente o diálogo estruturado, abra caminho e alimente a inovação.

Uma rede policêntrica, que reconheça na diversidade um valor, seja capaz de descobrir múltiplas e incontáveis afinidades e erguer pontes com outras plataformas europeias e internacionais de que é exemplo a REVES: Réseau Européen des villes et régions de l'économie sociale e de ser uma voz junto das diversas instituições europeias.

Uma rede que medeia, interconecta, amplifica, mutualiza recursos, expande as possibilidades de colaboração e de co-criação, de capacitação endógena, de fortalecimento do sector da economia social e das suas relações com outros sectores e o robustecimento dos ecossistemas locais.

Uma rede que tece uma nova narrativa para a economia social e sua relação com as autoridades locais criando uma Common Social Economy Area.

NOTAS

- (1) COMISSÃO EUROPEIA, *Pacto Ecológico Europeu* [Em linha]. 19 ago. 2021. [Consult. 17 set. 2021]. Disponível na WWW:<URL:<https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/green-deal/>>
- (2) MENDONÇA, José Tolentino, «Ao encontro das cidades futuras», in Congresso Internacional O Futuro da Nossa Cidade, Leiria, 2020.
- (3) FERRANTE, Elena, *A Amiga Genial*. Lisboa: Relógio d'Água, 2014-2016.
- (4) MENDONÇA, José Tolentino, «Ao encontro das cidades futuras», in Congresso Internacional O Futuro da Nossa Cidade, Leiria, 2020.
- (5) SERRA, João Bonifácio, «Conclusões», in Congresso Internacional O Futuro da Nossa Cidade, Leiria, 2020.
- (6) MENDONÇA, José Tolentino, «Ao encontro das cidades futuras», in Congresso Internacional O Futuro da Nossa Cidade, Leiria, 2020.
- (7) BAUMAN, Zygmunt, *Confiança e medo na cidade*. Lisboa: Relógio D'Água, 2006.
- (8) SCHLEMMER, Oscar, *Ballet Triádico*. Lisboa: Goethe Institute [2019], p.3.
- (9) FUNDAÇÃO DE SERRALVES, *Ângelo de Sousa: quase tudo o que sou capaz: Obras da Coleção de Serralves*. Porto: Serralves, [2019]. p.18.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUMAN, Zygmunt, *Confiança e medo na cidade*. Lisboa: Relógio D'Água, 2006.

FERRANTE, Elena, *A Amiga Genial*. Lisboa: Relógio d'Água, 2014-2016.

FUNDAÇÃO DE SERRALVES, *Ângelo de Sousa: quase tudo o que sou capaz: Obras da Coleção de Serralves*. Porto: Serralves, [2019]. p.18.

SCHLEMMER, Oscar, *Ballet Triádico*. Lisboa: Goethe Institute [2019], p.3.

MENDONÇA, José Tolentino, «Ao encontro das cidades futuras», in Congresso Internacional O Futuro da Nossa Cidade, Leiria, 2020.

SERRA, João Bonifácio, «Conclusões», in Congresso Internacional O Futuro da Nossa Cidade, Leiria, 2020.

COMISSÃO EUROPEIA, *Pacto Ecológico Europeu* [Em linha]. 19 ago. 2021. [Consult. 17 set. 2021]. Disponível na WWW:<[URL:https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/green-deal/](https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/green-deal/)